

Consulta Pública PECTI 2024-2030

Sugestões de Ações

O presente documento compila as sugestões que foram deixadas de forma discursiva pelos respondentes da Consulta Pública da PECTI 2024-2030.

Instituições, Órgãos de Estado, Empresas e Sociedade Civil contribuintes

Os **Institutos de Ciência e Tecnologia** que contribuíram na Consulta Pública PECTI são: Academia Brasileira de Ciências Forenses, Agência de Inovação e Propriedade Intelectual da UEPG, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Instituto Água e Terra, Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), Instituto Medicina, Saúde e Nutrição, Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Unindo forças no campo (UNICAMPO-MARINGÁ), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Positivo e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Os **Órgãos de Estado** que contribuíram na Consulta Pública PECTI são: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR), Agência Maringá de Tecnologia e Inovação (AMTECH), Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Dr. Francisco G. Beltrão (CEEBJA Dr. Francisco G. Beltrão), Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), Consórcio Intermunicipal de Saúde Amunpar (CIS/AMUNPAR), Instituto de Desenvolvimento de Londrina (CODEL-LONDRINA), Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), Colégio Estadual Monteiro Lobato/Colorado, Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), Escola Cívico Militar Nestos Victor Dos Santos, Secretaria Municipal de Educação Fazenda Rio Grande/PR, Fundação Araucária, Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná (HEMEPAR), Hospital Adauto Botelho, Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Justiça Federal do Paraná (JFPR), Município de Santo Antônio da Platina, Núcleos Regionais de Educação (NRE/Cornélio Procópio), Paraná Educação, Parque da Ciência - Pinhais, Procuradoria-Geral do Estado do Paraná (PGE-PR), Polícia Científica do Paraná, Polícia Civil do Paraná, Polícia Civil do Paraná, Polícia Federal, Polícia Militar do Paraná, Prefeitura de Guarapuava, Prefeitura de Ibiporã, Prefeitura de Londrina, Prefeitura de Quatro Pontes, Prefeitura de Toledo, Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP-PR), Secretaria de Inovação e

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Desenvolvimento Econômico Campo Mourão, Secretaria de Segurança Pública Francisco Beltrão, Secretaria do Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJU-PR), Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF-PR), Secretaria do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST-PR), Secretaria da Educação do Paraná (SEED-PR), Secretaria da Educação Apucarana, Secretaria da Educação Campo Mourão, Secretaria da Educação Colégio Estadual Quatro Pontes, Secretaria da Educação Mandirituba, Secretaria da Educação Toledo, Sistema Eletrônico de Informação (SEI-MPPR), Secretaria da Saúde do Paraná (SESA-PR), Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI-PR), Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (SGDES-PR) e Universidade Virtual do Paraná (UVPR).

As **Empresas** que contribuíram na Consulta Pública PECTI são: Academic Ventures, AFA Sistemas, Arte do Campo, Academic Ventures, AFA Sistemas, Arte do Campo, Atytude Consultoria, AVICASP, AZAGROS Agro Tecnologia, Beckhauser Indústria e Comércio de Equipamentos Pecuários Ltda., BEEOTEC S/A, Betis Consultoria Ltda, BIOPARK Parque Tecnológico, BZS Tecnologia, CATTUS Produtos PET, CEASA, Cibiogás, Codeblue Desenvolvimento Web Ltda., Complexo Pequeno Príncipe, COOPAVEL Cooperativa Agroindustrial, ECOBR, EPR Comunicação (RTVE-PR), Exatamente Soluções Educacionais, Grupo Educacional FATECIE, GTI IT Solutions, HILAB, i9+ Baterias e Energias, Inglat & Aciolli Advocacia, ITEC PB, Izeta Inovações Tecnológicas, Kepha Venture Builder, Máquinas Agrícolas Jacto S.A, Meta Hero Assessoria Ltda., Mineral Science Ltda., Natosafe, natu.me, Neomecânica, Neosilos Desenvolvimento de Sistema Ltda., NoWastee Soluções em Confecções Sustentáveis, Novaalga - Biotecnologia em Microalgas, Parsifal21, Partuu, phlorinea, Pineax Leather Goods, Real World Agronomy, Resende Atacadista, Segfy Tecnologia, Software by Maringá, UniCesumar, UNOPAR/Anhanguera, Valid S.A, Viasoft, w2e Cevar Consultoria Ltda.

Os membros da **Sociedade Civil** que contribuíram na Consulta Pública PECTI são: Andréa Figueiredo (Bióloga), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Palmas), Bianca Martins de Paula (Advogada), Cilla Techpark, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Fórum Desenvolve Londrina, Instituto Legado, Instituto SENAI de Tecnologia em Metalmeccânica, Luis Antônio Venceslau (Cidadão), Márcia Regina Lopes Mendonça (Aposentada), Parque Tecnológico SABER TEC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-LONDRINA), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST SENAT), Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná (SINDIMETAL) e Vale do Pinhão.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

EIXOS DE AÇÕES

Pesquisa Científica e Tecnológica

Criar sistema de gestão de práticas empresariais e de governo, relacionadas aos aspectos de ESG/ODS, geradas a partir dos ecossistemas regionais.

Criar uma política pública, com programa incluído no PPA do Estado, voltada para atração do P&D das empresas para o Estado do Paraná.

Apoiar a paridade entre as IES particulares em relação às públicas na participação da pesquisa científica e tecnológica, principalmente com subvenção financeira.

Desenvolver linhas de crédito voltadas ao avanço tecnológico e às inovações nas empresas e em outras organizações públicas e privadas no Estado do Paraná.

Aportar recursos para Espaço de Inovação que foram credenciados a partir do Edital 10/2023 Seti.

Apoiar diretamente os ecossistemas organizados / sistemas regionais de inovação do estado investindo recursos financeiros e econômicos em seus programas e eventos.

Incentivar, promover, impulsionar, melhorar, MODERNIZAR os Cursos (ensino médio profissionalizante, graduação e pós-graduação) já existentes e verificar o que é necessário implantar.

Criar editais específicos, assim como encomendas governamentais voltadas para a inovação e desenvolvimento da ciência e tecnologia nas licenciaturas, enquanto projeto estatal de formação de professores.

Modernizar e manter as instalações e estruturas das universidades e institutos públicos. Valorizar os profissionais da Pesquisa, Ciência e Tecnologia, visando à retenção e/ou busca de novos talentos.

Criar um setor de análise e viabilidade, promovendo assertividade nos investimentos e apoios financeiros de entidades governamentais e privadas.

Apoiar financeira e estruturalmente os parques tecnológicos do Estado a fim de fomentar os ecossistemas regionais de inovação.

Gerar Aproximação e Capacitação das estruturas de PD&I públicas à pesquisa aplicada e com gestão por resultados.

Valorizar a Universidade Pública como promotora de conhecimento e inovação. Promover a carreira docente no ensino superior, valorizando os professores que são pesquisadores e desenvolvem pesquisa nas pós-graduações. Financiar pesquisa destinadas as IES públicas estaduais.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Realizar a interiorização da pesquisa científica no estado. Valorizar e estimular iniciativas que divulguem ou compartilhem conhecimento tecnológico à comunidade. Fomentar estudos entorno da cibersegurança.

Proporcionar segurança jurídica às ações de inovação entre organizações públicas e privadas. Fortalecer programas de Estado voltados a Saneamento Ambiental e Economia Circular. Fortalecer programas de Estado voltados a Saneamento Ambiental e Economia Circular. Facilitar a compra de insumos e equipamentos mediante editais da Fundação Araucária e Fundo Paraná, tornando semelhante ao que é feito pelo CNPQ.

Criar um programa que possibilite a atuação integrada entre empresas juniores, NITs/ICTs e Startups. Investir em pesquisa e desenvolvimento de base. Colocar a computação como uma área estratégica para a soberania do Estado, com priorização de investimento em pesquisa básica e aplicada com efeito em cadeia.

Orientar os setores de PJUs das universidades. O cenário atual das PJUs vai na contra mão do que observamos de ações do governo e das políticas de inovação. Esse movimento desestimula docentes e estudantes em continuar atuando em PDI.

Facilitar parcerias entre instituições de pesquisa, empresas, associações ou institutos. Oferecer incentivos fiscais e subsídios para empresas que realizarem projetos de prestação de serviço em conjunto com universidades.

Estabelecer programas de mentoria que conectem jovens cientistas e empreendedores com profissionais experientes, facilitando a transferência de conhecimento e experiência. Criar plataformas digitais para facilitar a colaboração entre cientistas, pesquisadores, empresas e o público, promovendo a troca de ideias e recursos. Incentivar a criação de startups e empresas que tenham como foco a resolução de problemas sociais e ambientais, por meio de fundos de investimento específicos e programas de melhoria.

Facilitar o acesso à informação e promover a transparência, disponibilizando dados relevantes para a comunidade científica e para a sociedade em geral, estimulando a inovação e a criação de soluções baseadas em evidências. Implementar sistemas de avaliação de impacto social e ambiental para projetos de pesquisa e inovação, assegurando que contribuam positivamente para o desenvolvimento sustentável.

Fortalecer as instituições de Segurança Pública com a aquisição de equipamentos de ciência e tecnologia e implementação de novos métodos de atuação. Criar Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação em Ciências Forenses – NAPI de Ciências Forenses (ODS 9, 11, 13, 14, 15 e 16). Impulsionar e fomentar o Programa de Residência Técnica em ciências forenses (ODS 9, 11, 13, 14, 15 e 16). Fortalecer o Programa Ciências Forenses na Escola (ODS 9, 11, 13, 14, 15 e 16).

Criar oferta de emprego para os alunos recém formados em cursos de especialização, mestrado e doutorado; que seja um banco de vagas de empregos a nível estadual e com remuneração no nível da titulação.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Estabelecer mecanismos para utilizar o poder de compra do Estado para as inovações locais - margem de preferência, etc -, mecanismos inovadores de fomento e incentivos a doações quando destinadas a ciência e a tecnologia - p.ex. sobre impostos de base estadual como heranças e doações ITCMD, diminuindo ou eliminando alíquotas para finalidades científicas e inovação.

Desenvolver a territorialidade, verticalidade e transversalidade com um viés claro aos Direitos Humanos e aos dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Criar núcleos tecnológicos instalados diretamente em territórios habitados por sujeitos sociais em comunidade.

Ampliar o acesso de mulheres e grupos minoritários à formação e pesquisa através de subsídios e recursos específicos, a fim de promover o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico dessas pessoas. Fomentar projetos específicos das ciências humanas. Incluir atores e agentes das ciências humanas no processo de criação e desenvolvimento de novas tecnologias. Criar espaço para o desenvolvimento de tecnologias sociais robustas e transformadoras.

Aumentar o valor e o número de bolsas de pós-graduação. Criar prêmios a pesquisas inovadoras avaliadas pelo seu impacto científico e tecnológico.

Expansão e Consolidação do Sistema Paranaense de CT&I

Promover sistemas regionais de CT&I e o seu direcionamento para processos mais densos de conhecimento, compatíveis com a especificidade do potencial de cada região paranaense de geração de riquezas.

Promover parceria com o governo federal em ações de CT&I onde as IEES-PR possam ser incluídas em projetos nacionais dessa envergadura, favorecendo o Estado diante de uma política nacional (e internacional) de inovação e inclusão do conhecimento em novas bases.

Fomentar projetos como o monitoramento sanitário e soluções inovadoras e sustentáveis. Apoiar a qualificação por meio de incentivos e cursos para servidores das áreas de inovação e tecnologia das IES. Valorizar a carreira docente e investir nos cursos de pós-graduação das IES estaduais.

Realizar um mapa estratégico com base na realidade do sistema paranaense de CT&I e definir soluções para os problemas reais do estado. Buscar pesquisadores das universidades públicas e privadas para desenvolverem uma cultura de inovação e empreendedorismo na sociedade paranaense. Auxiliar financeiramente a construção de ambientes de inovação dentro das universidades que tem potencial de atuar com o setor empresarial.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Estimular a implantação de laboratórios multiusuários, disponibilizar a compra de equipamentos de excelência para o desenvolvimento das pesquisas. Disponibilizar recursos humanos qualificados para manutenção dos laboratórios multiusuários. Formar capital humano fomentando bolsas e estímulos a pesquisa escolar, projetos de extensão e bolsas de Pós-Graduação voltadas às necessidades regionais.

Desenvolver um Banco de Competências e Ativos do Sistema Paranaense de Inovação, envolvendo as ICTs, NITs, Parques Tecnológicos e demais participantes. Fortalecer as ações interinstitucionais de governo e de Estado. Disponibilizar para o governo os resultados obtidos com os investimentos de CT&I. Mensurar resultados e impactos dos investimentos de CT&I, organizar, controlar e gerir.

Desburocratizar o sistema de compras para projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação. Incentivar a participação de mulheres na Ciência e Tecnologia. Priorizar o financiamento e apoio à pesquisa em energias renováveis e tecnologias sustentáveis. Implementar programas de capacitação sobre "Empreendedorismo Tecnológico".

Ampliar os investimentos estatais em P&D, focando em setores estratégicos como energias renováveis, tecnologias limpas, saúde e agricultura sustentável. Implementar campanhas de conscientização sobre a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável e programas que promovam a igualdade e a inclusão em P&D. Estabelecer parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e o setor privado para facilitar a transferência de conhecimento e tecnologia.

Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação para medir o impacto das ações em CT&I no desenvolvimento social inclusivo e sustentável, assegurando a eficácia das iniciativas implementadas. Criar programas de apoio específicos para startups e empreendedores que desenvolvam soluções inovadoras alinhadas aos ODS.

Implementar e fortalecer Centros de Excelência em ciências forenses. Fortalecer a Rede Integrada de Laboratórios Forenses. Inserir a Polícia Científica e a Academia de Ciências Forenses elo integrador do Sistema de CT&I. Fortalecer as instituições de Segurança Pública com a aquisição de equipamentos de ciência e tecnologia e implementação de novos métodos de atuação.

Realizar a aquisição conjunta de equipamentos e produtos para pesquisa. Desburocratizar ao máximo o sistema de ciência e tecnologia do Estado, possibilitando maior dedicação dos pesquisadores às pesquisas e inovações. Ampliar os convênios de cooperação entre o Estado do Paraná e instituições com IFPR, UTFPR e UFPR.

Interagir com os órgãos de controle, fiscalização e procuradores do Estado para difusão do Marco Legal de CT&I e da PECTI, visando a cooperação entre os atores do Sistema Paranaense e criação de um diálogo comum e interativo. Elaborar, com o auxílio de outros entes do Estado, minutas padrão, pareceres referenciais e check list de documentos a fim de agilizar a tramitação e aprovação dos instrumentos jurídicos previsto na Lei de Inovação.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Implementar formas de garantir recursos para que as políticas, como a Lei de Inovação, possam ser de Estado e permanentes. Estabelecer um sistema robusto de monitoramento de indicadores de impacto, avaliando não apenas a quantidade, mas a qualidade e relevância das contribuições da CT&I para o desenvolvimento regional. Desenvolver políticas que incentivem a proteção de propriedade intelectual e patentes estimulando a geração de conhecimento inovador e a valorização do capital intelectual no Estado. Implementar programas de residência tecnológica que aproximem estudantes e profissionais das demandas reais das empresas, fomentando a aplicação prática do conhecimento adquirido.

Desenvolver um portal online centralizado que conecte pesquisadores, instituições de CT&I, empresas e governo. Estabelecer programas específicos que apoiem PMEs no desenvolvimento e na implementação de projetos de inovação, incluindo subsídios, consultoria técnica e acesso a redes de inovação. Estimular que os Parques Tecnológicos e Ambientes de inovação desenvolvam programas e estratégias vinculados aos setores estratégicos dos Ecossistemas Locais de Inovação que estão inseridos

Formação do Capital Humano

Criar programa de verificação de setores do ensino, pesquisa e extensão com baixo número de profissionais em geral e também ligados à inovação. Fomentar a inovação na solução dos mais variados problemas públicos, reconhecendo esforços e resultados das práticas das administrações municipais e sistemas regionais de inovação, por meio de eventos específicos.

Participar de eventos e cursos para socializar e incorporar novas práticas aos processos em desenvolvimento e com expectativas de serem implantados no estado. Abrir concurso para servidores de carreira e na econômica mista, reduzir cargos comissionados que não retêm talentos e nem selecionam pessoas qualificadas para determinada função.

Incentivar a formação em licenciaturas. Aumentar o número e o valor de bolsas de pesquisa nas modalidades de iniciação científica, mestrado e doutorado. Contratar professores com salários e condições de trabalho justas. Sistematizar a promoção por mérito em detrimento de TODAS as outras. Forçar o rodízio de cargos entre pessoas com diversas formações e carreiras para fomentar a diversidade e a inovação.

Apoiar a formação de capital humano especializado em diferentes processos de difusão científica e tecnológica em todos os níveis de formação. Desenvolver fomento de ações de extensão universitária na pós-graduação, a semelhança de projeto inovador apresentado pela CAPES.

Promover olimpíadas Paranaenses de: Tecnologia, Inovação, Sustentabilidade, Educação Financeira, Educação Fiscal (desde educação básica até o ensino superior).

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Garantir o acesso equitativo à educação, eliminando barreiras socioeconômicas e geográficas. Apoiar programas de treinamento corporativo para melhorar as competências dos trabalhadores. Desenvolver programas educacionais que estejam alinhados com as demandas do mercado e práticas internacionais, promovendo habilidades técnicas e científicas.

Incorporar educação ambiental e sustentabilidade em todos os níveis de ensino, conscientizando os futuros profissionais sobre a importância da responsabilidade ambiental nas práticas de negócios. Estabelecer programas de intercâmbio educacional e profissional com outros países, permitindo que estudantes e profissionais adquiram experiências internacionais e se familiarizem com diferentes culturas de negócios e práticas de sustentabilidade. Implementar políticas que promovam a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho, apoiando e valorizando diferentes perspectivas e experiências.

Implementar políticas que promovam a diversidade e a inclusão na educação, garantindo igualdade de oportunidades para todos, independentemente de gênero, etnia, origem socioeconômica ou outras características. Modernizar e atualizar os paradigmas da ciência e da tecnologia como elemento integrador que desenvolverá toda a população.

Constituir a competência de gestão de projetos de CT&I no âmbito do funcionalismo público estadual e empresas ou PJ dos bairros. Alinhar as políticas públicas de educação com as áreas estratégicas e os desafios estaduais e nacionais de CT&I de modo que priorize e valorize o sistema público de ensino em seus níveis educacionais.

Ampliar a carga das disciplinas de humanas, pois as mesmas são habilidades necessárias segundo diversos relatórios. Desenvolver programas de mentoria e coaching para profissionais em início de carreira na área de CT&I, promovendo o compartilhamento de experiências e acelerando o desenvolvimento de competências.

Promover a produção e disseminação de conhecimento aberto, incentivando a publicação de pesquisas em formatos acessíveis e compartilhamento de dados para impulsionar a inovação colaborativa. Estimular a prática de inovação aberta, promovendo a colaboração entre empresas, instituições de pesquisa e startups para acelerar o desenvolvimento de soluções inovadoras. Estabelecer parcerias voltadas para a promoção da ciência e educação, ampliando o alcance das iniciativas de CT&I para comunidades e grupos menos favorecidos.

Implementar programas de residência em pesquisa no seu instituto, permitindo que profissionais e estudantes trabalhem em projetos reais de PD&I. Ofertar bolsas de mestrado e doutorado para que os pesquisadores desenvolvam pesquisa dentro das empresas. Ofertar bolsas para Agentes Locais de Inovação de Ecossistemas, para atuar com os ambientes de inovação e ecossistemas locais de inovação.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Infraestrutura e Cooperação em matéria de CT&I

Diagnosticar agências regionais e parcerias estratégicas a fim de definir objetivos e eixos de trabalho customizados para cada região/município Projetos pilotos. Criar cooperação, com responsabilidade, fiscalização e cooperação integrada (PPP), de nossas universidades, colégios técnicos e institutos de pesquisa a quem queira fazer pesquisa (todos os níveis).

Conceder incentivo financeiro direto aos fundos municipais de inovação, permitindo que as governanças dos Conselhos Municipais de Inovação definam suas prioridades na aplicação dos recursos na infraestrutura necessária. Promover constante aprimoramento técnico de profissionais para atuação em CT&I nos órgãos públicos e no fomento de uma educação de qualidade e para a formação nesses moldes.

Incluir a realização de eventos regionais para que os atores dos sistemas regionais de inovação estejam conectados. Investir na infraestrutura das universidades. Garantir um ambiente saudável de livre concorrência através da aplicação coerente e sistemática da legislação.

Investir na cadeia de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de base. Colocar a computação como área estratégica para o desenvolvimento e avanço de todas as demais áreas e frentes. Criar mapa estratégico de ações governamentais integradas a proposições, desafios e oportunidades do Estado, de modo participativo. Fomentar a mobilidade de pesquisadores entre as diferentes ICTs para melhor aproveitamento de equipamentos e infraestrutura instalados.

Garantir que o Estado tenha uma infraestrutura tecnológica robusta, como acesso à internet de alta velocidade e outras tecnologias essenciais, para apoiar a inovação e a digitalização em diversos setores. Apoiar a realização de projetos de pesquisa e extensão nas regiões menos desenvolvidas, visando integrá-las ao contexto estadual.

Implementar projetos de cidades inteligentes que utilizam tecnologias avançadas para melhorar a eficiência dos serviços urbanos e promover a sustentabilidade. Isso pode incluir desde sistemas de transporte inteligentes até redes de energia renovável. Identificar e promover áreas estratégicas para a cooperação em CT&I, como a mudança climática, a saúde pública e a segurança alimentar, que são fundamentais para os ODS. Implementar políticas para promover a inclusão digital e garantir que todas as camadas da população tenham acesso às novas tecnologias, facilitando a disparidade digital.

Atualizar os equipamentos de informática nas escolas estaduais e as Leis referentes ao aluno trabalhador, visando facilitar horários de trabalhos para que o mesmo tenha mais horas disponíveis para se dedicar aos estudos.

Estimular parcerias e acordos internacionais em CT&I, promovendo a cooperação científica e tecnológica com outros países, o que pode enriquecer o conhecimento local e facilitar o acesso a recursos globais. Oferecer programas de capacitação em inovação e

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

empreendedorismo, preparando profissionais e empreendedores para o ambiente de negócios inovador e sustentável.

Fomentar, manter e investir em equipamentos e infraestruturas necessários para liderar avanços científicos e tecnológicos de ponta na área de ciências forenses. Criar ecossistema em ambiente colaborativo e parcerias público-privado - PPP para PD&I em ciências forenses.

Promover a ampliação de recursos em software e hardware disponíveis ao uso público gratuito. Desenvolver tecnologias locais que atendam as demandas sociais de cada bairro ou cidade. Garantir a presença de mulheres, negros e outras minorias no processo de inovação.

Desenvolver programas de capacitação e treinamento para a população em geral, visando aumentar a inclusão digital e promover o uso consciente da tecnologia. Implementar benefícios fiscais específicos para empresas que investem em pesquisa, desenvolvimento e inovação, estimulando ativamente a participação do setor privado no avanço tecnológico. Desenvolver programas de capacitação para profissionais em tecnologias emergentes, como inteligência artificial, automação e biotecnologia, assegurando que a força de trabalho esteja alinhada com as demandas futuras, promovendo a inovação sustentável. Criar centros de inovação especializados em setores estratégicos, como saúde, energia renovável e sustentabilidade, impulsionando soluções específicas para desafios locais e globais, consolidando o estado como referência em pesquisa e desenvolvimento.

Criar plataformas digitais que facilitem a colaboração e o compartilhamento de dados e recursos entre institutos de pesquisa, empresas e governo. Implementar programas de incentivo específicos para modernização tecnológica de laboratórios e infraestruturas de pesquisa.

Fomento à Difusão da CT&I

Apoiar o fortalecimento de meios de comunicação pública da ciência como portais, canais de vídeos, sites, jornais e projetos desenvolvidos no âmbito das ICTs. Buscar parcerias internacionais para o desenvolvimento de atividades de CT&I, troca de experiências e captação de recursos. Estabelecer parcerias em atividades de popularização e divulgação da CT&I com órgãos públicos, entidades de CT&I, empresas, universidades e instituições de pesquisa, entre outras.

Proporcionar o desenvolvimento de atividades de CT&I nas escolas fortalecendo o processo de inclusão de pessoas com deficiências. Incentivar a criação de workshop, feira de inovação, summit, congressos entre outros eventos para o compartilhamento de ideias. Apoiar e divulgar as pesquisas realizadas pelas IES. Incentivar e popularizar a CT&I por meio de ações voltadas à população mais vulnerável.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Apoiar o fortalecimento de podcasts de divulgação científica. Incentivar a inovação aberta, que envolve a colaboração entre empresas, instituições de pesquisa e a sociedade, promovendo o compartilhamento de ideias e soluções para desafios comuns. Estabelecer parcerias com meios de comunicação para divulgar e traduzir avanços científicos e tecnológicos de forma acessível ao público em geral, promovendo a conscientização sobre a importância dessas áreas.

Integrar temas relacionados à sustentabilidade e aos ODS nas atividades de popularização da ciência, conscientizando a população sobre a importância de práticas mais sustentáveis. Criar programas que incentivem a inovação social, envolvendo a comunidade na busca por soluções para desafios locais. Oferecer programas de capacitação em empreendedorismo, estimulando a transformação de conhecimento científico em oportunidades de negócios. Desenvolver estudos que integrem saberes tradicionais àqueles originários de avanços tecnológicos, tais como, IA, redes sociais e aplicativos de serviço.

Popularizar a imagem da ciência e da tecnologia demonstrando seu papel vital em nosso dia-a-dia. Valorizar os cientistas e demais profissionais da ciência e da tecnologia, tornando um espaço atrativo financeiramente para captar novos atores. Alinhar o cronograma de Feiras dos 399 municípios, com a presença de Feiras, com objetivos variados. Estabelecer parcerias com escolas para oferecer programas educacionais interativos em ciência e tecnologia.

Internacionalização da CT&I

Criar programa de bolsas de estudo/capacitação no exterior para gestores de ambientes de inovação e sistemas regionais de inovação paranaenses. Possibilitar o envio e recebimento de pesquisadores e estudantes a fim de possibilitar o compartilhamento de ideias. Promover ações para reter os pesquisadores paranaenses nas universidades estaduais. Linhas com bolsas para pós-doutorado para pesquisadores das instituições públicas estaduais. Bolsas para doutorado sanduíche.

Criar fundos de conjuntos de investimento com outros países ou organizações internacionais para financiar projetos de pesquisa e desenvolvimento que tenham potencial de impacto global. Encorajar programas de pesquisa que abordem questões globais, como mudanças climáticas, saúde global e desenvolvimento sustentável, promovendo soluções que tenham relevância além das fronteiras nacionais. Participar ativamente na formulação e adoção de normas e padrões internacionais em CT&I, garantindo que as inovações locais estejam alinhadas com os requisitos globais.

Apoiar a exportação de produtos e serviços tecnológicos brasileiros, especialmente aqueles alinhados aos ODS, como tecnologias sustentáveis, energias renováveis e soluções para a saúde. Oferecer incentivos fiscais e financeiros para empresas brasileiras que buscam internacionalizar suas operações, estimulando a inovação e a competitividade

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

no mercado global. Mobilizar centros internacionais, sobretudo de base tecnológica a estabelecer parcerias no Estado, incluindo instalações compartilhadas em setores chaves.

Oferecer programas de capacitação internacional para profissionais locais, possibilitando a aquisição de conhecimentos e habilidades inovadoras que possam ser aplicadas no contexto regional. Organizar e apoiar eventos científicos e tecnológicos internacionais no Paraná, atraindo pesquisadores e profissionais de todo o mundo e fomentando a troca de conhecimento. Incentivar a inclusão de temas globais, como sustentabilidade, saúde global e inclusão social, nos projetos de pesquisa desenvolvidos no Estado.

Ampliar e fortalecer a internacionalização no ensino e pesquisa em CT&I da rede pública de ensino. Induzir e fomentar a institucionalização e a consolidação de uma Cultura de Internacionalização no Sistema Estadual de Ensino Superior público. Apoiar a internacionalização de instituições públicas paranaenses que atuam na área de CT&I. Criar grupos de sujeitos sociais, especialmente mulheres e vulneráveis, para ações de internacionalização.

Estabelecer uma meta de certificação de pesquisadores e professores da rede pública no domínio da língua inglesa; incluir no programa um sistema rigoroso de avaliação, a exemplo do Toefl. Criar cursos de capacitação em língua estrangeira (inglês no caso de cientistas) com frequência obrigatória dos professores e pesquisadores que não conseguirem a certificação. Nas universidades estaduais e federais do PR incluir disciplinas obrigatórias de capacitação plena na língua inglesa para alunos.

Criar centros de excelência que se dediquem à pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras para desafios sociais, fortalecendo a posição internacional do Estado como referência em inovação social. Desenvolver um portal online dedicado à internacionalização, que funcione como um ponto central de informações e recursos para pesquisadores estaduais interessados em colaborações internacionais. Promover acordos de cooperação com clusters de inovação internacionais em áreas estratégicas para o Paraná como Celulose e Papel.

Integração entre o Setor Produtivo Acadêmico e o Empresarial

Incentivar TCCs voltados às soluções dos problemas locais ou regionais, de prefeituras municipais e de empresas específicas demandantes. Capacitar professores e pós-graduandos em temas de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, parcerias para desenvolvimento de produtos ou processos inovadores, empreendedorismo inovador com base científica. Regularizar licença de pesquisadores públicos e docentes das universidades estaduais para constituir empresa ou colaborar com empresa cujos objetivos envolvam a aplicação de inovação. Estruturar os Núcleos de Inovação Tecnológica/Agências de Inovação das IEES para atenderem as atribuições da Lei Estadual n.º 20.541/2021.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Ofertar programa de recompensa, ou seja, se o interessado for capacitado e preencher todos os requisitos, ele passa a ter algum benefício. Investir nas IES públicas estaduais e valorizar a carreira de docente pesquisador nas IES públicas estaduais, em especial os que trabalham nas pós-graduações.

Conscientizar as gestões das IES estaduais sobre a importância da interação dos setores público e privado para o desenvolvimento da CTI no Estado. Criar um arcabouço jurídico e procedimentos internos comuns nas IES estaduais de forma a favorecer a interação em CTI entre as IES, setor privado e demais atores do setor público.

Criar redes de inovação que conectem instituições acadêmicas e empresas em regiões específicas, incentivando projetos colaborativos que atendam às necessidades locais e promovam o desenvolvimento regional. Organizar competições e desafios de inovação que reúnem estudantes, acadêmicos e profissionais do setor empresarial para trabalhar em soluções para problemas reais. Encorajar empresas a investir em projetos de pesquisa que tenham um impacto social positivo, alinhando as atividades de P&D com os ODS e promovendo a responsabilidade social corporativa.

Criar programas de incentivo ao empreendedorismo acadêmico, apoiando a criação de startups e spin-offs a partir de pesquisas realizadas em instituições de ensino superior. Desenvolver mecanismos eficientes para facilitar a transferência de tecnologia entre as instituições acadêmicas e as empresas, permitindo a aplicação prática de descobertas científicas.

Estruturar os Núcleos de Inovação Tecnológica/Agências de Inovação das ICTs para atenderem as atribuições da Lei Estadual n.º 20.541/2021. Fortalecer a pesquisa universitária como modal de solução dos problemas do Estado. Estimular a contratação de doutores pelas empresas.

Estimular a indústria a produzir tecnologias e insumos forenses. Regularizar licença de peritos oficiais, pesquisadores públicos e docentes das universidades estaduais para constituir empresas ou colaborar com empresas cujos objetivos envolvam a aplicação de inovação.

Facilitar a gestão de propriedade intelectual resultante de pesquisas acadêmicas, simplificando processos e incentivando a comercialização de tecnologias desenvolvidas nas universidades. Estimular políticas de compras públicas inovadoras, que promovam a aquisição de produtos e serviços desenvolvidos a partir de pesquisas acadêmicas locais. Apoiar iniciativas de inovação social que envolvam parcerias entre universidades, setor público e empresas, buscando soluções para desafios sociais e ambientais.

Tornar as universidades públicas paranaenses motores vitais da inovação. Ofertar programas de licença para estudantes e professores das universidades estaduais paranaenses em empresas públicas ou privadas do Brasil e no exterior. Incentivar fortemente ações inovadoras nas áreas econômicas em que o Paraná já tem base consolidada e não perder recursos com inovações sem tradição no Estado. Apoiar a

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

criação de vitrines tecnológicas para a divulgação da propriedade intelectual, serviços tecnológicos, estrutura laboratorial da ICT.

Incentivar parcerias que promovam a diversidade, incluindo empresas lideradas por mulheres, minorias étnicas e grupos sub-representados, fortalecendo a equidade no ecossistema de inovação. Criar programas que permitam a estudantes e pesquisadores das universidades estaduais e ICTs a realizar estágios ou residências em empresas. Criar mecanismos que estimulem o aumento do número de mestres e doutores envolvidos em P&D nas empresas. Viabilizar feiras de promoção de tecnologias que estão nos bancos de tecnologia das agências de inovação. Conectando potenciais tecnologias com potenciais compradores/investidores.

Inovação e Empreendedorismo

Patrocinar políticas públicas que favorecem empreendimentos inovadores que gerem soluções para problemas ambientais. Expandir o empreendedorismo social de base inovadora, apoiando processos que gerem a inclusão de jovens, mulheres, negros, indígenas e LGBT+ no mercado no desenvolvimento de suas potencialidades. Fomentar o capital empreendedor em projetos de CT&I no Paraná.

Estimular e fomentar programas que implementem nas escolas desde o nível de ensino fundamental projetos de empreendedorismos e feiras tecnológicas. Estabelecer diálogos sociais em diferentes territórios por meio de programas incentivadores e fomento à ações de empreendedorismo e negócios sócias.

Desenvolver programas específicos de apoio a startups em setores estratégicos para o desenvolvimento sustentável, como saúde, educação e energias renováveis. Estimular a inovação aberta por meio de parcerias entre o setor público, empresas privadas, universidades e institutos de pesquisa. Implementar políticas que promovam a diversidade e a inclusão no ecossistema empreendedor, apoiando empreendedores de grupos sub-representados, como mulheres, minorias étnicas e pessoas com deficiência.

Incluir a educação para inovação nos currículos escolares, promovendo a cultura empreendedora desde os estágios iniciais da formação educacional. Investir na criação de parques tecnológicos que reúnam empresas inovadoras, proporcionando um ambiente propício para a interação e a troca de conhecimento.

Estimular a implementação de políticas de compras públicas inovadoras, incentivando órgãos governamentais a adquirir produtos e serviços de empresas locais que desenvolvam soluções inovadoras. Facilitar a internacionalização de startups paranaenses, promovendo programas de internacionalização, participação em feiras internacionais e estabelecimento de parcerias globais. Promover a diversidade e inclusão no ecossistema empreendedor, garantindo oportunidades igualitárias para empreendedores de diferentes origens, gêneros e perfis.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Implementar políticas de incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa, desenvolvimento e inovação, incentivando a adoção de práticas inovadoras. Estabelecer uma rede de mentores formada por empresários experientes, acadêmicos e profissionais da indústria para orientar startups e empreendedores. Implementar programas de treinamento e workshops focados no desenvolvimento de competências empreendedoras, incluindo gestão de negócios, inovação, marketing e finanças.

Diminuir o tempo de análise para obtenção de registro de estabelecimento de produtores e registro de produtos (MAPA e ANVISA) com novas regras para startups de áreas estratégicas, como exemplo o sistema PATENTE VERDE INPI. Desenvolver Aceleradoras de Projetos inovadores, ambientes credenciados no MAPA e ANVISA em locais estratégicos, em sistemas multiusuários para Startups inovadoras, criando Polos de Tecnologias e redução de tempo com regulamentações. Incentivar o Desenvolvimento de Projetos Inovadores em Universidades Públicas.

Apoio à Inovação nas Empresas

Abrir editais específicos, por região paranaense em conexão com os ecossistemas/sistemas regionais de inovação, voltados às startups, nos vários estágios, com benefícios financeiros não reembolsáveis.

Conceder benefícios para empresas que contratem jovens doutores, e que investem em instituições de pesquisa do Estado. Promover uma política que permita as universidades receber incentivos financeiros e fiscais das empresas, as quais necessitam de pesquisas e novas tecnologias, auxiliando, assim, o desenvolvimento de ambas as partes, como o exemplo nos EUA.

Incentivar, para além das bolsas, as empresas a inserirem seu quadro profissional no sistema de C&T, investindo na formação desses profissionais em programas de mestrado e doutorado que investiguem problemas situados nas próprias empresas.

Criar redes de inovação focadas em setores específicos, como tecnologias limpas ou saúde digital, para promover a colaboração, compartilhar melhores práticas e desenvolver soluções inovadoras que atendam a desafios específicos dessas. Desenvolver programas específicos para apoiar a inovação em PMEs, incluindo assistência técnica, consultoria em gestão de inovação e acesso a novas tecnologias. Criar um ambiente regulatório mais favorável para startups, simplificando processos de registro de empresas, obtenção de licenças e cumprimento de requisitos legais.

Facilitar o acesso das empresas a redes de mentoria e networking, conectando-as a profissionais experientes que possam oferecer orientação estratégica em inovação. Apoiar a formação de ecossistemas de inovação, que incluam empresas, universidades, centros

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

de pesquisa, aceleradoras e incubadoras, facilitando a interação e a troca de conhecimento.

Incentivar práticas de inovação social nas empresas, promovendo iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições sociais na comunidade. Oferecer suporte específico para a transformação digital das empresas, incluindo a implementação de tecnologias como inteligência artificial, internet das coisas e automação. Implementar sistemas de monitoramento e avaliação para medir o impacto das iniciativas de inovação, garantindo que os recursos sejam direcionados de maneira eficaz e contribuam para os ODS.

Utilizar o poder de compra do Estado para estimular empresas inovadoras e que tenham impacto social e ambiental mensuráveis. Estimular redes e consórcios setoriais de inovação (ex.: consórcio de inovação hospitalar, rede de inovação das empresas de energia, etc.). Incentivar a formação de parcerias público-privadas para o desenvolvimento de projetos de inovação, especialmente em setores estratégicos. Criar programas de subsídios e assistência técnica para PMEs que buscam implementar inovações tecnológicas.

Modernização e Transformação Digital do Estado

Desenvolver um portal público com possibilidade de agendamentos para solicitação de documentos, solicitação de boletim escolar, delegacia virtual, antecedentes, obtenção de carteira de identidade, e acesso a programas sociais e de inclusão. Aumentar a capacidade estatal para a oferta digital de serviços públicos, assinaturas eletrônicas, governança digital, obtenção de documentos, entre outros.

Fornecer WI-FI de forma gratuita. Melhorar a disponibilidade das informações para que essas possam estar agrupadas em um único lugar; por exemplo: todas as universidades estaduais em um único canal que possa filtrar as informações voltadas à inovação.

Capacitar funcionários e profissionais para as estratégias de transformação digital em diferentes setores do governo. Investir em soluções inclusivas e acessíveis à população, devido às diferenças socioeconômicas e questões de envelhecimento, deficiências, etc. Promover a abertura de dados governamentais (open data) para estimular a transparência, a participação cidadã e o desenvolvimento de soluções inovadoras por parte da sociedade.

Estabelecer parcerias público-privadas para desenvolver projetos de infraestrutura de TIC, incluindo a expansão de redes de banda larga e o desenvolvimento de cidades inteligentes, que podem oferecer soluções inovadoras para problemas urbanos e rurais. Oferecer incentivos para que empresas e organizações adotem tecnologias sustentáveis,

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

como a computação em nuvem, que podem reduzir o impacto ambiental e promover a eficiência operacional. Implementar programas específicos de inclusão digital para grupos vulneráveis, como idosos e pessoas em áreas rurais, garantindo que todos tenham as habilidades permitidas para participar da sociedade digital.

Desenvolver solução de teleperícia para dar maior capilaridade e especialidade aos serviços forenses do Paraná (Autopsia Virtual, Telepsiquiatria, Telebalística, etc). Utilizar tecnologias de sensoriamento remoto e análise de dados para o monitoramento ambiental, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e o alcance dos ODS relacionados à sustentabilidade ambiental.

Estabelecer programas de inovação aberta que incentivem empresas, startups e ICTs a desenvolverem soluções tecnológicas inovadoras para desafios específicos do governo. Desenvolver sistemas integrados de compartilhamento de dados entre o governo e as ICTs. Construir um processo de Curadoria baseado em cientometria que irá ajudar a priorizar e direcionar as ações de P&D&I particularmente dos NAPIs e Parques Tecnológicos.

Nacionalização e Internacionalização dos Negócios Inovadores

Realizar editais de seleção de startups, de todas as regiões paranaenses, havendo oportunidade geral, para acesso a mercados nacionais e internacionais. Apoiar startups e MPMEs para a promoção de seus produtos em feiras e eventos internacionais. Fomentar (bolsas, custeio e capital) parcerias com empresas de fora do estado, mas que desenvolvem ou querem comprar tecnologias desenvolvidas por universidades do estado do Paraná.

Investir na pesquisa e no desenvolvimento de TICs que possibilitem ao Estado competir em nível internacional. Criar redes específicas de apoio à exportação para empresas inovadoras, fornecendo assistência em logística internacional, marketing e compreensão de normas de mercado externo, para facilitar sua entrada em novos mercados. Promover acordos de cooperação internacional em pesquisa e desenvolvimento, que possam abrir portas para inovações conjuntas e acesso a tecnologias e mercados estrangeiros. Estabelecer incentivos para empresas que desenvolvem soluções inovadoras para resolver desafios globais, como mudanças climáticas e sustentabilidade, alinhando-se assim com os ODS.

Oferecer programas de capacitação em negócios internacionais, preparando empreendedores e profissionais para os desafios e oportunidades do mercado global.

Estimular a exportação de tecnologias sociais desenvolvidas no Estado, promovendo soluções inovadoras que abordem desafios sociais em outros contextos globais. Expandir a exportação de tecnologia forense paranaense.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

Oferecer suporte para a diversificação dos mercados-alvo, reduzindo a dependência de um único mercado e aumentando a resiliência das empresas frente a volatilidades econômicas. Apoiar empresas na obtenção de certificações e padrões internacionais que possam aumentar a competitividade de seus produtos nos mercados globais. Criar plataformas online que facilitem a exposição de produtos e serviços paranaenses a mercados internacionais, promovendo a internacionalização digital.

Fomento à Cultura da Inovação no Estado

Realizar ações de intercâmbio para países desenvolvidos que possuam tecnologia e inovação de ponta com redes de ensino do Ensino Superior a Redes Municipais. Rever a grade curricular dos cursos de graduação, principalmente das licenciaturas, promovendo condições para que a cultura de inovação ocorra e se estabeleça. Incorporar nos currículos escolares, desde os níveis mais básicos até o ensino superior, disciplinas e atividades que estimulem o pensamento criativo, a resolução de problemas, o empreendedorismo e a inovação.

Manter custeio para a promoção anual de investimentos, atualização e capacitação para que o processo de desenvolvimento inovador e inclusivo seja uma marca do Estado do Paraná. Realizar festivais de arte e cultura em todas as regiões do Estado. Promover capacitações contínuas e atualizadas em TIC para os servidores públicos do Estado, de forma a aperfeiçoar e padronizar as ações de tecnologia.

Incentivar Laboratórios populares de inovação tecnológica e encontro entre mercado e universidade. Trabalhar o conceito de cultura de inovação de forma interdisciplinar no ensino médio e na universidade, em seus diferentes aspectos, valorizando a ação humana na relação entre agentes humanos e não humanos. Incluir disciplinas de pensamento científico no ensino fundamental e médio. Investir em laboratórios de ciências nas escolas de todo o estado. Promover a ciência cidadã, apoiando projetos estruturantes e aplicados que envolvam as pessoas no pensar e fazer científico.

Desenvolver programas de residência em empresas inovadoras, permitindo que estudantes e profissionais atuem diretamente em ambientes de inovação, ganhando experiência prática e contribuindo para soluções inovadoras. Implementar programas de mentoria que conectem profissionais experientes em inovação a estudantes e empreendedores. Criar espaços de coworking e inovação aberta, permitindo que empreendedores, pesquisadores e estudantes compartilhem ideias e recursos, fomentando um ambiente propício à inovação.

Estimular a formação de redes de inovação que conectem diferentes atores - incluindo universidades, empresas, governos locais e organizações não governamentais - para facilitar a colaboração e o compartilhamento de recursos e conhecimentos. Encorajar e apoiar iniciativas de inovação social e comunitária, focadas na resolução de questões

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas

sociais, como pobreza, educação e saúde, através de abordagens inovadoras. Reforçar e simplificar políticas relacionadas à propriedade intelectual, garantindo a proteção adequada para inovações e incentivando empresas a investirem em pesquisa e desenvolvimento. Promover eventos, competições e hackathons que estimulem a criatividade e a inovação. Fortalecer e impulsionar o Laboratório de Inovação e Metrologia da Polícia Científica.

Implementar políticas que incentivem a inovação no ambiente de trabalho, como programas de reconhecimento, bonificações por ideias inovadoras e ambientes que estimulem a colaboração. Estimular a criação e o desenvolvimento de startups dentro das universidades, proporcionando recursos e suporte para transformar ideias inovadoras em negócios. Organizar eventos e feiras de inovação que reúnam empresas, pesquisadores e a comunidade, criando oportunidades de networking e difusão de conhecimento.

Construir concepção de "Inovação", pautada em estudo exaustivo acerca do tema e sustentando o entendimento que mais se adequa às necessidades e problemáticas no estado, bem como ao que se almeja alcançar em termos de desenvolvimento sustentável. Promover a renovação do sistema educacional público, entrelaçado a setores de desenvolvimento (social, cultural, econômico, entre outros) do estado. Fomentar expressão de ações e ideais de inovação social sustentável, em formato de concursos microregionais, que movimentem e estimulem o envolvimento da população em trabalhos cooperativos entre profissionais de diversos setores sociais.

Fomentar o diálogo com as comunidades tradicionais em busca de soluções de baixo impacto ecológico e aprimoramento de saberes transversais. Estabelecer espaços físicos ou virtuais que incentivem a colaboração e a cocriação entre estudantes, pesquisadores, empresas e a sociedade em geral, facilitando a troca de conhecimentos e ideias. Fomentar a inovação nas autarquias vinculadas às Secretarias de Estado. Promover isenção para as empresas na contratação efetiva de Mestre e Doutores de modo natural.

*Todas as sugestões levantadas derivam das formulações textuais daqueles (as) que responderam ao item da Consulta Pública PECTI designado para demais ações a serem realizadas